

# Pactu

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO III - Nº 31 - julho/99

**frotec** **CUT** Brasil  
CNB - Sindicato Nacional

**PFL e fazendeiros usam títulos do império para dar prejuízo ao BB**

Página 2

**Campanha salarial dos bancários**

Página 3



**Ajude a mudar a lei eleitoral.**

Página 05

**Dinheiro da reforma agrária ajuda salvar bancos falidos**

Página 6

**Sindicato Regional A Legislação e os novos rumos do sindicalismo**

Página 7

**Benefícios à Ford poderiam criar 25 mil empregos se investidos na pequena empresa**

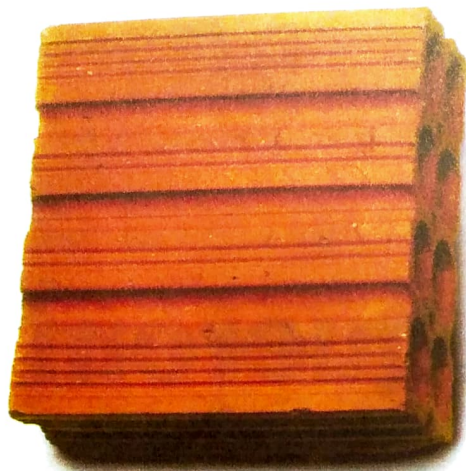
Página 8

## **Agora FHC quer acabar com os bancos públicos**

### **Mas sem eles o Brasil pára de vez...**

O governo FHC, todo mundo sabe, está vendendo tudo o que o povo brasileiro construiu. Já vendeu o sistema de telefonia, as centrais elétricas, a Vale do Rio Doce, quer vender a Petrobras e já começou a vender os bancos públicos. FHC quer entregar o Banestado, a CEF e o Banco do Brasil. Vão todos se tornar bancos privados. E qual o interesse de banqueiro em financiar a produção para gerar empregos,

a agricultura, a casa própria? Muito pouco e caro. Os bancos públicos ainda são os maiores financiadores do setor produtivo no Brasil. FHC diz que privatizando os bancos públicos, vão funcionar melhor. Mas, e a telefonia privatizada, melhorou? E os apagões? Por isto, conheça mais sobre os bancos públicos, ajude a defendê-los. (Mais informações nas páginas 4 e 5)



### **Quem vai financiar a casa própria?**



### **Quem vai financiar a plantação?**

# PFL e fazendeiros enfiam a faca no BB

**S**e não bastassem os privilégios que já recebem do governo comprando empresas estatais a preço de banana e ainda recebendo financiamentos do BNDES, com juros camaradas, agora os especuladores estão querendo levar mais dinheiro do país.

Eles querem trocar papéis podres do tempo do império.

Emitidos 1827 e 1870, por D. Pedro I e D. Pedro II, e no início

deste século. E já contam até com apoio político no Congresso Nacional. Só o banco inglês Standard Bank possui 650 títulos da dívida pública emitidos em 1902, no governo Campo Salles, que, se negociados no mercado valem em torno de 12 milhões de reais mas que, se resgatados pelo governo brasileiro, passam a valer dezoito vezes mais, ou 217 milhões de reais.

Ao todo, são cerca de 200 mil títulos emitidos pelos onze presidentes que o país teve entre 1902 até 1940. Esses papéis foram parar nas mãos de um grupo formado por banqueiros estrangeiros, empresas nacionais e especuladores de grosso calibre, que agora pretendem levar o país a pagar essa dívida. Para botar a mão no dinheiro eles estão dispostos a tudo, até mesmo aprovar uma lei no

Congresso, uma sentença judicial ou qualquer outro meio.

É um golpe que pode provocar um rombo monumental de 35 bilhões de reais nos cofres públicos. A lista de detentores dessas apólices tem grandes empresas, como a Mesbla, Vasp, Gazeta Mercantil e grandes fazendeiros. Os

especuladores contrataram juristas de primeira linha para produzir pareceres favoráveis à sua causa. O ex-procurador da

República, Aristides Junqueira é um deles. Existem centenas de ações tramitando na Justiça, em que empresas pedem para pagar impostos com os títulos. Um advogado de Goiânia entrou sozinho com 640 processos em todo o país. Em São Paulo um outro jurista comanda 300 ações, que representam 2 bilhões de reais. Pior: fazendeiros que possuem dívidas com o Banco do Brasil adotaram a estratégia de usar os papéis podres depositados em juízo, à espera de uma sentença definitiva sobre o assunto. Portanto, mesmo sem resgatar esses títulos, o país já vem perdendo milhões de reais em receitas todo ano.

O trambique está ganhando corpo. Os trambiqueiros contam com apoio político dos

deputados federais Edilson Lobão (PFL/MA), e Paes Landim (PFL/PI) que por várias vezes apresentaram propostas para validar esses papéis. Isso comprova que onde tem sujeira o PFL (partido que apóia FHC) está por perto. Se a jogada for consumada, não tenha dúvida: quem vai pagar é você.

**Até fazendeiros  
querem usar os  
papéis podres  
para pagar  
dívidas no BB**



**Ano do título: 1902**

**Emissor: presidente Campos Salles (1898-1902)**

**Valor nominal atualizado: 333 000 reais**

**Valor de mercado hoje: 18 000 reais**



Fonte: Revista Veja

## Isto é um assalto...

**O povo continua pagando caro pela incompetência de FHC e sua equipe**

**A**lém do exagerado número de impostos que o governo obriga o cidadão a pagar, para que os políticos poderosos e os juizes corruptos possam ter dinheiro para fazer negociatas ou para construir impérios particulares, o brasileiro ainda tem que pagar, e caro, pela incompetência do governo.

Somente no mês de junho, o governo FHC autorizou aumentos nos preços das tarifas de telefone, que ficaram em média 7% mais caras; aumentou em 18% os preços dos combustíveis, o quarto reajuste neste ano, e também autorizou as companhias de energia elétrica a aumentarem o preço dos seus serviços em 11%. A desculpa é a mesma de sempre.

Ou seja, compensar as perdas com a desvalorização cambial do início do ano. Como se vê, o povo continua pagando caro pela incompetência de FHC e sua equipe.

O problema é que não subiu só a gasolina, o telefone e a energia. Nunca é demais lembrar que telefone, energia e parte da Petrobras foram privatizadas recentemente. É mais uma prova da mentira de que com a privatização os preços desses setores cairiam. Enquanto isto o salário mínimo sobe míseros 6 reais.

Pactu

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do

Paranavai (fone 44 423-3402/e-mail: seebpvai@fonet.com.br) Campo Mourão (fone 44 823-3492/e-mail: seebcmcut@start.com.br), Toledo (fone 45 252-1851/e-mail: sbtr@toledonet.com.br), Umuarama/Assis Chateaubriand (fone 44 622-1979/e-mail: seebumu@fenixnet.com.br) e Guarapuava (fone 42 723-1371/e-mail: sebgpva@almix.pai.br).

Jornalista: Joel Guedes

Tiragem: 3.400 exemplares  
Impressão: Gráfica São Paulo (44) 622-4787

# Conferência Nacional aprova minuta e calendário da campanha salarial 99

Com a participação de 240 delegados, representando 94 entidades sindicais, foi realizada em São Paulo, nos dias 16 e 17 de julho, a I Conferência Nacional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro.

Um dos temas importantes debatidos foi sobre os trabalhadores de empresas do ramo financeiro. Estatísticas comprovam que além dos 400 mil bancários, existem mais 100 mil tra-

*A conferência também pediu a renúncia ou impeachment de FHC*



balhadores no ramo financeiro, trabalhando em empresas terceirizadas ou prestadoras de serviços de crédito, seguro, previdência e outras.

A conferência também aprovou documento

de conjuntura econômica e política do País, onde avaliou que o governo FHC é péssimo para a economia do País, principalmente para os trabalhadores, basta ver, o grande número de desem-

pregados e o crescimento de todo tipo de miséria.

O documento pede a renúncia ou impeachment de FHC e a convocação de novas eleições.

Foi aprovada uma minuta de reivindicações,

bem como um calendário de mobilização, assembleias e reuniões nos locais de trabalho. Os principais eixos aprovados foram garantia de emprego, reajuste salarial, participação nos lucros, combate

a terceirização, auxílio educação, saúde, segurança, igualdade de oportunidade e defesa dos bancos públicos.

Na minuta reivindica-se reposição das perdas salariais, medidas pelo ICV do Dieese no período de 01/09/94 a 31/08/99, descontados os reajustes do mesmo período, o que dá 9,67% (estimativa de agosto é de 0,25%). Nos auxílios, reivindica R\$ 14,49 para refeição por dia trabalhado e R\$ 211,08 para a cesta-alimentação, além de R\$ 188,41 para o auxílio-creche/babá.

A conferência avaliou que é mais uma campanha difícil, o que vai necessitar de uma melhor participação dos bancários nas atividades do sindicato.

## Campanha no Unibanco

□ A pouca seriedade do R.H. do Unibanco, na discussão e encaminhamento das reivindicações dos funcionários, foi um dos assuntos debatidos no seminário realizado no início do mês, em São Paulo. Também foram traçadas as metas de reivindicações específicas do Unibanco. A estabilidade no emprego é o principal eixo da campanha, que vai englobar ainda redução da jornada de trabalho e piso para terceirizados, além de debates sobre saúde ocupacional e assistência médica. As paralisações do último dia 23 fazem parte da mobilização no Unibanco

## Campanha avança

□ A Comissão de empresa do Bradesco considerou como "um avanço significativo" a aceitação, por parte do banco, de negociar diretamente com a comissão. A pauta de reivindicações específicas no Bradesco vem sendo debatida de acordo com calendário de reuniões definido pela comissão e representantes da empresa. Os temas principais são: auxílio educação, convênio médico, isenção de tarifas bancárias, segurança bancária, manutenção do emprego, entre outros.

## Jogo difícil

□ A diretoria da CEF e da FUNCEF querem obrigar os empregados a migrarem do REPLAN, atual plano de benefícios, para um novo, chamado de REB. O banco até estipulou 31/08 como a data limite para que os empregados optem pela migração.

Para o movimento sindical, a migração representa prejuízos para os bancários. O REPLAN é um plano de benefício definido. Já o REB muda o sistema de benefício definido para contribuição definida e elimina da CEF responsabilidades futuras. Se houver déficit, somente os associados pagarão a conta.

## Enrolando

□ A comissão de empresa dos funcionários do Banco Real saiu insatisfeita da reunião de negociação que debateu com representantes da empresa temas como o programa Disque Real, bolsa educação e saúde ocupacional. Nesses dois últimos itens, a comissão demonstrou a insatisfação dos funcionários e exige melhor tratamento por parte da empresa. Sobre a bolsa educação, a proposta é reduzir o prazo de carência para concessão do benefício de dois para um ano. E sobre saúde, a exigência é um melhor tratamento aos funcionários com LER e outras doenças ocupacionais.

## FHC usou dinheiro do BB para se reeleger

É lamentável, mas as barganhas em troca de favores políticos no Brasil começam pelo presidente da República. O episódio mais recente envolveu a prefeitura de São Paulo e o Banco do Brasil. A negociata foi feita entre Fernando Henrique Cardoso e Paulo Maluf, quando transferiram R\$ 6 bilhões em precatórios da prefeitura de São Paulo para o Banco do Brasil, em troca de apoio à reeleição de FHC. É por isto que tem que haver um controle social no sistema financeiro, para obrigar os bancos privados a financiar o setor produtivo, e acabar com as ingerências políticas nos bancos públicos.

# FHC entregou o governo para o País perdeu a soberania. E pode

*FHC dá sinais de desespero frente ao rombo nas contas públicas*

O fracasso do governo Fernando Henrique Cardoso fez o real despencar e o país já vive um clima tenso de instabilidade econômica. A crescente recessão levou o setor produtivo à falência e o número de desempregados dispara. Para fazer frente ao rombo nas contas públicas e à pressão do capital especulativo inter-

nacional, o receituário neoliberal continua prevalecendo: mais e mais privatizações. A Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, Basa, BNB e BNDES são a bola da vez. Desde a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1991, o patrimônio público já foi reduzido em mais de 80%. Antes, FHC dizia que a venda das empresas públicas decorria da demanda da sociedade por investimentos em educação, saúde e outros setores sociais. Hoje está claro que os

recursos são direcionados para os "serviços da dívida externa". Ou seja, para pagamento de juros. E o governo FHC parece determinado a ir até o fim com as privatizações. Agora chegou a vez dos bancos públicos federais. Disso ninguém mais tem dúvida, até porque pouca coisa resta além da Petrobras para ser vendida e FHC dá sinais de desespero frente ao rombo nas contas públicas, pois em 1994 era de US\$ 175 bilhões e no final de 1998 já ultrapassava US\$ 300 bilhões.



O Banestado, o Banco do Brasil e a CEF são T

## A propos

Desde a revisão constitucional de 1988, a CUT juntamente com o movimento popular e partidos de oposição, fez constar, através do artigo 192, a regulamentação do sistema financeiro nacional. Este artigo depende de lei complementar. A CUT já encaminhou projeto de lei complementar a parlamentares da oposição, que o aceitaram. O projeto encontra-se tramitando no Congresso. Neste projeto constam normas para democratizar e transparecer as ações do sistema financeiro nacional. Possibilita ainda o controle do sistema

## Por que se cria um banco público?

O mais antigo banco brasileiro é o Banco do Brasil. Sua criação é datada de 12 de outubro de 1808, num documento da Corte portuguesa reconhecendo que o Real Erário não tinha condições para realizar os fundos dos quais dependia a manutenção da monarquia.

Assim sendo, criaram o Banco do Brasil como instrumento de auxílio das finanças públicas. E além de manter a família real, sobravam fundos que eram aplicados nos setores produtivos vigentes na época. A experiência deu certo e o BB foi transformado desde sua criação, para um banco público de fomento ao crescimento econômico do país, o que tem sido a marca nesses seus quase 200 anos. Como o BB, os demais bancos públicos, federais, estaduais e regionais, foram criados para dar supor-

te às ações de governos no que se refere a projetos de desenvolvimento sócio-econômico do país, aí abrangendo a agricultura, a indústria, o comércio, a geração de empregos e a prestação de serviços à sociedade.

É verdade que a má administração e a má utilização dos recursos por diretorias nomeadas por caciques políticos e a própria ingerência do governo nestas instituições, com intuito de favorecer determinados grupos políticos e econômicos em troca de apoio eleitoral, tem prejudicado o desempenho dos bancos públicos em geral. Mas ainda resta uma boa parcela de números satisfatórios e balanços que desmentem completamente o discurso neoliberal que deseja acabar com o que resta desse patrimônio nacional.

## Por q

**BB, CEF, BNB, Basa e BNDES juntos fornecem mais de 83% do crédito habitacional, mais de 80% do crédito do setor público e mais de 70% do crédito à agricultura...**

**O BB é o maior e único agente do governo para financiar a agricultura. Na safra passada, financiou mais de 70% dos recursos destinados ao setor...**

# MI e ACM. Perder mais!



mentais para o desenvolvimento econômico

## a da CUT

financeiro pela população, além de orientar o crédito para o setor produtivo nacional, como fazem as empresas sérias deste país. Este tipo de controle é conhecido em países da Europa, principalmente na França, como "contrato de co-gestão", onde governo, banqueiros, trabalhadores e a sociedade, através de suas instituições, participam da administração de empresas públicas, tidas para eles como estratégicas à soberania e ao crescimento de um país. Entre elas estão as de produção de energia, de comunicação e o sistema financeiro.

# que privatizar?

Nos últimos quatro anos, o Banco do Brasil financiou 280 mil produtores com mais de R\$ 2,3 bilhões de recursos do Proger, gerando 77 mil empregos...

Em seus 138 anos de história, a Caixa firmou-se como o principal ponto de apoio aos segmentos sociais, um papel que nenhuma outra instituição financeira se dispõe a realizar...

Caixa emprestou e repassou, entre 95 e 98, R\$ 13,4 bilhões nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura, com recursos próprios, do FGTS e do Orçamento Geral da União...

Se os bancos públicos forem vendidos, que banqueiro vai querer atender o trabalhador, o aposentado ou financiar a produção de alimentos, a construção de moradias...

## Lerner pode vender os peixes do Rio Paraná

Pelo menos essa é a avaliação do senador paranaense Roberto Requião (PMDB), em uma de suas entrevistas a rádios da região. Perguntado sobre o não pagamento de dívidas do Estado, Requião respondeu que agora o governo se encontra em situação difícil, pois

vendeu empresas estratégicas para a economia do Paraná, como a Telepar, Copel e Sanepar e não é de se assustar se, para saldar dívidas, principalmente com publicidade do seu governo, Lerner por à venda a baía de Guaratuba e os peixes do Rio Paraná, como garantia de empréstimos feitos no exterior. Parece exagero, mas no governo Lerner tudo pode acontecer. Requião citou ainda que Lerner está privatizando o ensino público e provavelmente

vai entregar o Banestado a banqueiros privados. É lamentável que qualquer Estado abra mão do seu banco público estadual. O Banestado cumpre a função de tesoureiro do

**No governo Jaime Lerner tudo pode acontecer...**

Estado, pois é o banco que recebe taxas, impostos e paga o funcionalismo público e os aposentados, isto no âmbito municipal e estadual. Na falta do Banestado estes serviços terão que ser pagos por Lerner a um banco privado. Aliado a estes fatores, a necessidade de um banco estadual para gerir fundos de desenvolvimento, justifica a defesa de um banco estadual, administrado com controle da população, para evitar as costumeiras ingerências políticas que arrebatam qualquer empresa privada ou pública.

## Ajude a mudar a Lei Eleitoral

No Brasil, eleger-se para o executivo e o



legislativo é quase uma faculdade dada ao rico. As três maiores bancadas no Congresso são formadas por ruralistas latifundiários, dos banqueiros e construtoras, e a da saúde e universidades privadas. São esses que bancam a campanha de parlamentares que compram apoio de prefeitos e vereadores corruptos, que saem distribuindo cestas básicas, óculos, dentaduras e prometendo empregos. Quando eleitos, defendem apenas os interesses de quem bancou sua campanha. Não é a toa que a reforma agrária não sai e que banqueiro é sinônimo de corrupção. Pensando em democratizar o processo eleitoral, para dar condições de eleger candidato pobre e honesto a CNBB, ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a CUT e mais 22 entidades representativas da sociedade, organizam um abaixo-assinado (que se encontra intercalado neste Jornal), propondo emenda que modifica a lei eleitoral em vigor. A emenda qualifica como crime eleitoral o candidato que oferece vantagem pessoal em troca de voto, aproveitando-se da condição miserável que se encontra boa parte do eleitorado. Ajude a coletar assinaturas dos seus parentes e amigos no abaixo-assinado. Explique a eles a necessidade da mudança na lei eleitoral, que vai qualificar como crime o candidato que compra votos. Ver mais sobre a emenda no verso do abaixo-assinado. Caso você colete assinaturas, devolva à diretoria do sindicato na próxima oportunidade.

# Se o país tem terra e tem dinheiro, por que não tem reforma agrária?

**T**odo o dinheiro que Fernando Henrique Cardoso jogou nas mãos de banqueiros falidos e a outra parte roubada dos cofres públicos por políticos e juizes corruptos, daria para resolver grande parte dos conflitos agrários no país.

Não existe uma estimativa definitiva e acertada sobre o custo de uma reforma agrária. Mas há uma opinião compartilhada por lideranças do MST e dos demais movimentos populares, inclusive dos partidos de oposição no Congresso Nacional, que pelo menos os 22 bilhões de reais do Proer, utilizados para “salvar” banqueiros corruptos seriam suficientes para um significativo impulso no projeto de assentamento de milhões de sem-terra pelo Brasil afora.

**FHC mentiu o tempo todo e ainda conseguiu quebrar a agricultura nacional e inviabilizar a reforma agrária.**



Lavoura de feijão em acampamento de sem-terra na região

nova sede do TRT (SP), entre outros casos).

Há ainda outro exemplo, aquele dos 6 bilhões de reais em

precatórios fraudulentos que o presidente FHC negociou com o então prefeito paulista Paulo Maluf, em troca de apoio à reeleição presidencial, negociata que quase levou o Banco do Brasil à completa falência. É isto mesmo, Maluf conseguiu a façanha de realizar “grandes” obras e repassar o custo à população de todo o país.

O preço já vem embutido no imposto que você paga ao

comprar um pacote de açúcar ou um litro de leite. Se FHC fosse sério não permitiria envolvimento de seu governo em maracutaia. Combateria a corrupção e destinava dinheiro para o assentamento de agricultores sem terra, conforme prometeu em campanha eleitoral.

FHC mentiu muito quando em campanha para a reeleição prometeu gerar empregos, investir no social, na saúde, na educação e fazer a reforma agrária. Mas foi generoso com a bancada ruralista no Congresso Nacional, com a qual negociou dívidas contraídas por grandes latifundiários junto ao

BB, outra vez em troca de apoio à sua reeleição.

Agora, o presidente FHC, comprometido até o pescoço com os projetos neoliberais, quer criar o Banco da Terra afirmando que o objetivo é fazer a reforma agrária.

Mente outra vez: os recursos, pouco mais de 120 milhões de reais, são insuficientes; o agricultor vai ter um prazo para devolver o dinheiro e, pior, na opinião do MST, movimento sindical e partidos de oposição, o Banco da Terra vai ser usado por

latifundiários para vender as terras que quiserem pelo preço que desejarem.

Ou seja, com o Banco da Terra o agricultor vai ficar com terra ruim e dívida no banco.

A reforma agrária depende de uma proposta séria e de um governo corajoso, que não tenha rabo preso com banqueiros e com latifundiários.

E esta reforma agrária passa primeiramente pela desapropriação de terras improdutivas com o fim dos latifúndios, pagando o preço que valem e repassando as terras para assentamento de milhões de agricultores e suas famílias.

Vale lembrar ainda que uma política de reforma agrária é a única forma de organizar os sem-terra em assentamentos, dando-lhes condições de moradia, de trabalho e de produção, política esta que também deve englobar apoio aos agricultores que, hoje com muitas dificuldades, ainda permanecem no campo, evitando desta forma que tenham que vender suas propriedades aos grandes fazendeiros e tornarem-se também trabalhadores sem-terra.

## PACTU vai à Justiça contra a CPMF

Em vigor desde o dia 18 de junho, a cobrança da CPMF, agora com uma mordida maior, 0,38%, vem sendo questionada na Justiça em quase todos os Estados brasileiros. O SEEB de Brasília, a Anabb e a Associação dos Funcionários do Banespa (SP) foram os primeiros a conseguir liminar suspendendo a cobrança. No Rio Grande do Sul, uma ação impetrada por três procuradores da República também obteve êxito. Na base do PACTU, ações pedindo a suspensão da cobrança da CPMF dos associados já foram impetradas pelos SEEBs de Umuarama/Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Guarapuava e Paranavaí, que aguardam liminar favorável da Justiça.

## “O Drama do Desemprego”



A peça retratou o drama do desemprego

Esse é o título da peça teatral apresentada em Toledo por um grupo de ativistas formado por estudantes, membros de pastorais e voluntários, com apoio do movimento sindical de Toledo. A peça já foi apresentada em escolas de primeiro e segundo grau e em outros segmentos da sociedade local. Além de retratar o drama do trabalhador desempregado, os atores tentam repassar ao público o medo que ronda aquelas pessoas que têm emprego mas que podem perdê-lo devido à política neoliberal abraçada por FHC e LERNER por imposição do FMI. O ponto mais importante, entretanto, fica para o final de cada apresentação, quando é feito um debate com o público sobre a situação do país e o que se pode fazer para mudar o quadro atual.

# Estrutura sindical ruim

A organização sindical atual criada por Getúlio Vargas, nos anos 30, permite que um pequeno grupo de pessoas crie um sindicato, tendo como sócio só uma diretoria de 24 pessoas. Podem recolher dos trabalhadores milhões de reais através das taxas compulsórias, como imposto sindical e outros. Essa organização é atrelada ao Estado. Ou seja, para os trabalhadores organizarem sindicatos, mobilizar, negociar e contratar, passam pelos limites e imposições do Ministério da Justiça do Trabalho.

## A proposta do governo desmonta a estrutura sindical

balhador só pode entrar na justiça quando patrão e empregado estiverem em comum acordo. Isso vale para as demandas individuais e coletivas, inclusive para os acordos e convenções. Cria também as figuras do mediador em demanda individual, e do Conselho da Justiça do Trabalho, sem especificar quem ou como se comporia essas figuras.

### PODE FICAR MELHOR

A reivindicação da CUT, desde a sua fundação, é baseada em convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que é uma instituição ligada a ONU, e tem a função de recomendar a democratização das relações entre trabalhadores e patrões nos países que a integram. Das dessas convenções baseiam a proposta da CUT. A 87, que estabelece o livre exercício do direito sindical com relação ao Estado, e a 98 que visa a proteção dos trabalhadores e de suas organizações no relacionamento com seus patrões e

## A CUT tem proposta baseada em convenções da OIT

estabelece princípios referentes às negociações coletivas. Na proposta tem dois instrumentos que democratizam as relações trabalhista: o Contrato Cole-

tivo de Trabalho e o Sindicato Nacional Orgânico por Ramo de atividade. Ambos utilizados pelos EUA e países da Europa. Esses instrumentos formam um conjunto de normas que praticamente revogam a CLT de Vargas. Entre as principais estão a garantia dos atuais direitos como férias, FGTS, jornadas, salários e outros. Garantia de liberdade e autonomia na organização sindical,

mobilização, negociação e contratação, entre e para trabalhadores e patrões e garantia de lei na transição da atual organização sindical.

Também propõe uma reforma na justiça do trabalho, como o fim do poder normativo, dos juízes classistas e de alguns recursos e tribunais. Na organização sindical, acaba com a unicidade sindical, com as taxas compulsórias e com a interferência do Estado. Em contra partida, propõe autonomia na organização sindical, podendo os trabalhadores e patrões se organizarem por categoria de empregados em uma empresa municipal, regional, estadual ou nacional. Da mesma forma pode ser por

Ramo de atividade.

A CUT entende que as novas fórmulas de organização da produção, que permitem as empresas terceirizar serviços, criando microcategorias de empregados, sem possibilidade de se organizar em sindicatos. Propõe a criação de sindicatos por Ramo de atividades, a nível regional, estadual e nacional. No Sindicato por Ramo, não importa se o trabalhador é empregado do banco, de empresa contratada pelo banco, ou de qualquer empresa que trabalhe no setor de cré-

dito: todos são trabalhadores do ramo financeiro.

É com base nesta proposta da CUT que os sindicatos de Bancários do PACTU estão criando o Sindicato Regional dos Trabalhadores do Sistema Financeiro. No momento, o Conselho Político está trabalhando na organização da estrutura e data para a fundação do Sindicato.

Para um suporte financeiro inicial, os sindicatos do PACTU estão discutindo em suas assembléias a destinação de um percentual do imposto sindical para o Sindicato Regional. Umuarama aprovou 40%.

## Na base do PACTU, o sindicato regional nasce com força

## Guarapuava Interbancários de Suíço

Terminou no dia 03 de julho o Campeonato Interbancários de Suíço/99 promovido pelo SEEB de Guarapuava. Oito times participaram da competição iniciada no dia 27 de março. A equipe do HSBC foi a campeã. Em segundo ficou o



O HSBC recebeu o troféu de campeão



Confraternização na final do campeonato

Banestado e em terceiro o Unibanco. O atleta Juca (Banestado) foi o artilheiro do campeonato, com 23 gols. O goleiro menos vazado foi Marcos (Unibanco). A entrega de troféus aconteceu durante confraternização entre os participantes e demais bancários da base.



## BAILE DOS BANCÁRIOS Com a Banda FRUTO PROIBIDO

**Dia 28 de Agosto/99, a partir das 23h30  
Local: Clube 10 de outubro**

Como acontece todos os anos, o Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região, promove o Baile dos Bancários em comemoração ao dia 28 de Agosto, DIA DE LUTA DOS BANCÁRIOS. Agende esta data. Convide seus amigos e PARTICIPE!

## FHC, ACM e a Ford

# Agora eles perderam a vergonha

O descaso com os valores éticos e morais, lamentável na esfera privada, deveria ser intolerável na vida pública. Mas no Brasil ocorre o contrário.

No meio da atual avalanche de escândalos financeiros, econômicos e políticos há uma rede de relacionamentos de amizade que forma teias de corrupção contra o Erário público.

Um dos últimos acontecimentos que demonstram a total ausência de decoro no trato da coisa pública é a aprovação, pelo Congresso Nacional, com a cumplicidade do governo, de uma lei que facilita a instalação da Ford no Estado da Bahia, recebendo privilégios que custarão bilhões de reais aos cofres públicos.

Mais uma prova que o presidente FHC está totalmente sem rumo, tem o rabo preso e permite que o governo seja dominado pelos caciques políticos em defesa dos interesses de grandes grupos econômicos.

O senador baiano Antônio Carlos Magalhães é o principal mentor da armadilha que vai permitir à Ford se instalar em seu Estado recebendo benefícios que nenhuma empresa nacional conseguiu, principalmente as menores.

ACM contou com apoio de assessores do Presidente na preparação da lei e teve o apoio dos aliados no Congresso para aprová-la.

Se é difícil acreditar nessa história, mais difícil ainda é compreender porque FHC resolveu ceder às pres-

**No Rio Grande do Sul, a Ford receberia benefícios de 3,8 bilhões de reais e geraria 1 500 empregos**

### Os benefícios

- ♦ **3 bilhões de reais em renúncia fiscal em quinze anos do governo estadual em ICMS**
- ♦ **112 milhões de reais de empréstimo do governo gaúcho**
- ♦ **190 milhões de reais na forma de obras feitas pelo governo federal e iniciativa privada**
- ♦ **560 milhões de reais é o que a Ford pouparia com um empréstimo de 700 milhões de reais no BNDES, e não nos bancos privados**

sões de ACM e também de todo PFL. A Ford é a segunda multinacional que mais fatura no mundo.

Os benefícios que FHC/ACM estão dando para a Ford se instalar na Bahia são fantásticos: renúncia fiscal (ICMS) durante quinze anos do governo estadual, isenção de IPI durante uma década e meia e empréstimo de 1,2 bilhão de reais no BNDES, com juros camaradas.

Se somados, os benefícios chegam à quase 6 bilhões de reais. Qual a empresa nacional quem tem essas mesmas vantagens hoje no Brasil?

Isso mostra, além das trapalhadas do governo e da má intenção de ACM, do PFL e dos políticos aliados aos mesmos interesses, que há uma crise moral e ética muito séria.

Ainda tem outro efeito desagradável: abafa o debate sobre um tema fundamental para o país: a isenção de impostos. Afinal, as isenções fiscais às grandes empresas geram um número de empregos compatível com a ajuda do governo? É vantajoso para o país? Ou serve apenas à empresa beneficiada? Uma coisa é certa: isenções fiscais, redução de impostos, empréstimos mais baratos, tudo isso afeta os cofres públicos, cuja única fonte de recursos conhecida é o bolso de cada cidadão.

**PT recusou** – Se o governo FHC fosse sério, teria se recusado a complicitar com a armação do presidente do Senado e impedido a concessão de privilégios à Ford, tão onerosos para o país.

Poderia ter feito como fez o governador Olívio Dutra, do PT, no Rio Grande do Sul, que não quis conceder empréstimos e isenção fiscal à Ford em troca do compromisso da empresa de gerar irrisórios 1.500 empregos. Pois com a metade do dinheiro que seria destinado à Ford, o governo gaúcho pretende gerar 10 mil empregos investindo nas micro e pequenas empresas.

Portanto, se o governo FHC utilizasse os quase 6 bilhões no fomento de micros e pequenas empresas, poderia criar em torno de 30 mil novos empregos, 25 mil a mais do que o número de empregos que a Ford vai gerar com sua instalação na Bahia.

Até o fechamento desta edição, os benefícios concedidos à Ford eram esses:

**Na Bahia, a Ford irá receber benefícios de 5,8 bilhões de reais\* e gerar 5 000 empregos**

### Os benefícios

- ♦ **2,1 bilhões de reais de renúncia fiscal em quinze anos do governo estadual em ICMS**
  - ♦ **1,9 bilhão de reais a título de compensação de frete em quinze anos**
  - ♦ **840 milhões de reais por não ter de pagar IPI, um imposto federal, em quinze anos**
  - ♦ **1 bilhão de reais é o que a Ford poupará ao fazer um empréstimo de 1,2 bilhão no BNDES, e não nos bancos privados**
- \* Não incluídos os custos das obras de infra-estrutura

## A pequena empresa é a que gera empregos

No Seminário Internacional do Emprego, realizado recentemente em Curitiba, secretários estaduais da área de trabalho, prefeitos, autoridades do setor de geração de empregos, empresários e especialistas do Brasil e do exterior chegaram à seguinte conclusão:

**As micro e pequenas empresas são responsáveis por mais de 60% dos empregos no Brasil...**

**As micros e pequenas empresas garantem 42% dos salários pagos no Brasil e representam 21% do PIB...**

**As micro e pequenas empresas sozinhas representam, segundo o Sebrae/Pr, 97% do total de indústrias paranaenses...**

## SE É ASSIM...

**Por que dar tanto dinheiro para a Ford, que é a segunda multinacional mais rica do mundo?**